

Aspectos atitudinais e estruturais de inclusão de pessoas com deficiência em academias de musculação: uma análise a partir da perspectiva dos profissionais

Attitudinal and structural aspects of inclusion of people with disabilities in bodybuilding

academies: na analysis from the perspective of professionals

Aspectos atitudinales y estructurales de la inclusión de personas con discapacidad en academias de bodybuilding: un análisis desde la perspectiva de profesionales

Recebido: 26/06/2022 | Revisado: 03/07/2022 | Aceito: 10/07/2022 | Publicado: 18/07/2022

Lidiane Aparecida Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8909-1612>
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
E-mail: lidianefernandes12@yahoo.com.br

Nathália Gardênia de Holanda Marinho Nogueira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0286-7559>
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
E-mail: marinhohnathy@gmail.com

Silvana Lopes Nogueira Lahr

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0198-6740>
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
E-mail: sillnogueira@yahoo.com.br

Vagner Francisco de Almeida Amantino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3447-7723>
Faculdade de Ensino de Minas Gerais, Brasil
E-mail: vagnitjf777@gmail.com

Simara Regina de Oliveira Ribeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4330-5261>
Faculdade de Ensino de Minas Gerais, Brasil
E-mail: simararibeiro@gmail.com

Tércio Apolinário-Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2136-0238>
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
E-mail: edf.tercio@hotmail.com

Crislaine Rangel Couto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3305-3208>
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, Brasil
E-mail: crislainerangel@hotmail.com

Resumo

Este estudo objetivou analisar aspectos atitudinais e estruturais de inclusão de Pessoas com Deficiências (PcD's) em academias de musculação. A amostra foi composta por 95 participantes, envolvendo Profissionais de Educação Física, estagiários e proprietários de academias. Utilizou-se como instrumentos um questionário e ficha de observação conforme critérios da (NBR 9050/2015). A maioria dos participantes considera haver falha no aspecto atitudinal da inclusão, uma vez que se consideram não preparados para trabalhar com PcD's e que se fazem necessárias melhorias de acessibilidade arquitetônica nos estabelecimentos em que trabalham. Conclui-se que tanto de forma atitudinal como estrutural as academias de musculação são ambientes de inclusão deficitários.

Palavras-chave: Integração social; Academias de ginástica; Pessoas com deficiência.

Abstract

This study aimed to analyze attitudinal and structural aspects of inclusion of People with Disabilities (PwD's) in bodybuilding academies. The sample consisted of 95 participants, involving Physical Education Professionals, interns and gym owners. The instruments used were a questionnaire and observation form according to the criteria of (NBR 9050/2015). The participants considered that there was a flaw in the attitudinal aspect of inclusion, since they considered themselves "not prepared" or "little prepared" to work with PwD's and that improvements in architectural accessibility were necessary in the establishments where they work. It is concluded that both in an attitudinal and structural way, the fitness centers are deficient inclusion environments.

Keywords: Social integration; Fitness centers; Persons with disabilities.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar aspectos actitudinales y estructurales de la inclusión de Personas con Discapacidad (PwD's) en las academias de musculación, utilizando la perspectiva de los profesionales que trabajan en estos establecimientos como marco analítico. La muestra estuvo conformada por 95 participantes, involucrando Profesionales de Educación Física, pasantes y dueños de gimnasios. Como instrumentos se utilizó un cuestionario y un formulario de observación según los criterios de (NBR 9050/2015). Los resultados mostraron que la mayoría de los participantes considera que existe una falla en el aspecto actitudinal de la inclusión, ya que se consideran “no preparados” o “poco preparados” para trabajar con personas con discapacidad y que mejoras en la accesibilidad arquitectónica en los establecimientos donde el trabajo es necesario. Se concluye que, tanto a nivel actitudinal como estructural, los gimnasios son entornos de inclusión deficientes.

Palabras clave: Integración social; Centros de acondicionamiento; Personas con discapacidad.

1. Introdução

A deficiência pode ser conceituada como a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente (Amiralian et al., 2000). Segundo o censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil quase 46 milhões de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência, seja ela física, motora, visual, auditiva ou intelectual, o que representa cerca de 24% da população do país (Brasil, 2021). O expressivo número de pessoas com deficiência (PcD's), por si só, já conota a necessidade de ações inclusivas em diferentes âmbitos sociais, no entanto, associadamente a este quadro, trazemos em nosso histórico social uma extensa inadequação quanto a estratégias de promoção à inclusão, de modo a oportunizar que PcD's, de forma equânime, tenham autonomia e possibilidade de desenvolvimento e aprimoramento de suas potencialidades.

A inclusão pode ser entendida como a garantia do acesso à todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social (Aranha, 2000). E, para que isso ocorra, é necessário que se tenha material humano e físico que promovam a acessibilidade às práticas e aos espaços de direito de uso de todos. Um ambiente acessível é aquele em que as barreiras, tanto atitudinais quanto estruturais, são extraídas, de modo a permitir equiparação de oportunidade para todos (Mazzoni, et. al., 2011). Um exemplo de inclusão pode-se dar através da promoção à adesão de programas de exercícios físicos, com as devidas adaptações necessárias às especificidades de seus praticantes. De acordo com Cardoso (2011), o esporte e os exercícios físicos adaptados consistem em modificações e ajustes em regras, materiais e locais para a realização das atividades, possibilitando a participação das PcD's nas diversas modalidades. Essas adaptações, advindas da Educação Física Adaptada, criam oportunidades para que todos participem, fomentando ações de inclusão. Em específico, nas aulas de Educação Física, a prática de exercícios físicos adaptados influencia na adesão de um estilo de vida fisicamente mais ativo, potencializando hábitos de vida mais saudáveis que tendem a ser estendidos ao longo da vida da PcD's (Lehnhard, et al., 2018).

A literatura apresenta evidências importantes de que a atividade física tem um impacto positivo em diversos aspectos cognitivos e emocionais, está associada a um menor risco de declínio cognitivo e de demência (Marmeleira, 2018). Dentre os benefícios observados em decorrência da prática de exercícios físicos, Macedo et al. (2003) descrevem melhoras no que tange a saúde mental, vitalidade, capacidade funcional, aspectos físicos gerais, dentre outros. Complementarmente, Noce et al., (2009) evidenciam que os benefícios da prática de exercícios físicos para PcD's atuam nas distintas esferas da vida humana, envolvendo aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais, o que demonstra a importância da prática regular de exercícios por esse grupo de pessoas. Portanto, são evidentes os benefícios que a adoção de hábitos saudáveis pode trazer para a vida dessas pessoas, se adequações cabíveis e necessárias, por conta das desigualdades frente às PcD's, forem concretizadas (Feliciano et al., 2019). No entanto, apesar dos referenciais otimistas aqui descritos, evidências quanto ao estilo de vida comumente adotados por PcD's mostram-se preocupantes. PcD's tendem a ter estilos de vida menos ativos em relação às pessoas sem deficiência (Rimmer et al., 2004) e a ser mais obesas e menos saudáveis (Kirchner et al., 2008).

Segundo Greguol (2017), o estado de saúde e bem-estar de PcD's é determinante para sua capacidade de socialização,

aprendizagem, trabalho e autonomia (Greguol, 2017). Dessa forma, a garantia de participação em vivências de atividades físicas deve ser atestada a todos os cidadãos, independentemente de suas condições pessoais, uma vez que, no Brasil, o acesso ao lazer, ao esporte e à saúde são direitos constitucionais (Brasil, 1988). A garantia também deve ser assegurada aos cidadãos independentemente da fase da vida em que eles se encontram. Sabemos que a maior demanda ocupacional de crianças e adolescentes está vinculada à escola. Ações promotoras de inclusão no ambiente escolar, aqui com o foco específico na Educação Física Adaptada, têm sido extremamente relevantes no processo de justiça restaurativa. No entanto, as possibilidades de acessibilidade devem extrapolar o espaço físico escolar, adentrando à comunidade de forma geral, de modo que seja possível o exercício de direitos constitucionais, como lazer e esporte, para além do período estudantil, contemplando adultos e idosos. Neste interim, em conformidade com as práticas culturais da modernidade em termos de espaços físicos vinculado à prática de exercícios físicos, há de se destacar as academias de ginástica.

Nos últimos anos, a busca pela melhoria na qualidade de vida levou a um crescente número de PcD's a procurar à prática de diferentes exercícios físicos (Barros, et al., 2000), sendo a musculação um deles. De acordo com os resultados do estudo de Marcellino (2003), 90% dos indivíduos entrevistados associam a frequência à academia de musculação ao prazer, diminuição do estresse, relaxamento, oportunidade de conhecer pessoas, encontrar amigos e quebra da rotina, mostrando assim, o que pode influenciar a possibilidade de um aumento no número de PcD's adeptas dessa prática. Assim, esses dados nos convidam a refletir se os espaços dedicados a essa modalidade, em especial as academias de musculação, estão adaptadas para receber PcD's.

Quando se trata de acessibilidade em atividades físicas ou esportivas, as barreiras são comumente apresentadas em ambientais e pessoais (Feliciano et al., 2019). Segundo Reis (2018), no âmbito das barreiras pessoais, que aqui denominaremos atitudinais, é primordial que os profissionais sejam capacitados e tenham conhecimento sobre as características de cada deficiência e saibam trabalhar de forma inclusiva. Dentre as barreiras físicas ou ambientais, que aqui denominaremos como estruturais, os principais pontos são referentes ao acesso, circulação, portas, mobiliários, sanitários e estacionamento, que devem estar de acordo com a Norma Brasileira (NBR) 9050 do ano de 2015. No entanto, existe ainda carência de informações na literatura especializada sobre os fatores responsáveis pela adesão à prática de atividade física de PcD's, principalmente no que se refere à população brasileira (Marmeleira et al., 2018).

Diante do exposto, indagamos: frente ao aumento da procura pelas academias de musculação pela população geral, e por conseguinte por PcD's, estes estabelecimentos estão preparados, na visão de seus profissionais, para serem ambientes de inclusão social? Com intuito de responder a essa questão, o presente estudo buscou analisar aspectos atitudinais e estruturais de PcD's em academias de musculação tendo como referencial de análise a perspectiva dos profissionais atuantes nestes estabelecimentos.

2. Metodologia

Essa é uma pesquisa experimental de cunho descritivo, com uma abordagem quantitativa (Triviños, 1987, p.110), que buscou analisar aspectos atitudinais e estruturais de inclusão de PcD's em academias de musculação tendo como referencial de análise a perspectiva dos profissionais atuantes nestes estabelecimentos.

2.1 Amostra

Participaram deste estudo 95 voluntários, de ambos os sexos, bacharéis em Educação Física, estagiários do curso de Educação Física e sócios/proprietários das academias de musculação. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da universidade local com o seguinte protocolo: 52865815.9.1001.5153.

2.2 Instrumentos

Foi utilizado um questionário contendo treze questões fechadas, previamente validadas por três professores do curso de Educação Física de uma instituição de ensino superior. O questionário foi composto por perguntas referentes ao conhecimento dos participantes face às deficiências, inclusão e estrutura arquitetônica das academias, estas elaboradas e fundamentadas de acordo com a cartilha “Acessibilidade em academias” (Reis, 2018). O questionário foi confeccionado no *Google Forms*. A coleta de dados compreendeu o período de 22 de setembro a 14 de outubro de 2020.

2.3 Procedimentos

No questionário foram utilizados os seguintes critérios avaliativos: compreensão da pergunta, adequação ao tema e objetividade, tendo como base o estudo de Penido et al. (2016). Para cada pergunta proposta havia possibilidade de classificação como inválida, pouco válida ou válida, por parte dos professores/avaliadores. As questões foram separadas em 3 partes, sendo: 1ª) referente a identificação e perfil profissional do participante, contendo 2 questões; 2ª) referente ao conhecimento dos profissionais sobre PcD's, contendo 4 questões; e 3ª) referente à estrutura das academias, contendo 7 questões.

O questionário foi adaptado para a plataforma *Google Forms*. Foi garantindo anonimato dos participantes e nomes das academias. Os participantes foram convidados a participar do estudo através de um *link*, contendo o termo de consentimento livre e esclarecido e o questionário, enviado por redes sociais como *Telegram, Facebook, Instagram, Whatsapp*, além de correio eletrônico. Os dados foram organizados em médias e posteriormente, foram realizadas análises descritivas dos resultados.

3. Resultados

3.1 Parte 1 - Identificação e perfil dos participantes

As informações referentes à identificação e perfil dos participantes estão contidas na Tabela 1. Inicialmente, foi realizado um levantamento a respeito da cidade e área de atuação dos participantes da pesquisa. Os resultados mostram que o maior número de participantes do estudo são residentes na cidade de Belo Horizonte (67%), possuem, majoritariamente, formação em bacharel em Educação Física (54%), e em relação à atuação profissional a maioria dos participantes (40%) atua como professores de musculação nas academias.

Tabela 1 - Identificação e perfil dos participantes.

Localização (%)	
Belo Horizonte - BH	67%
Região metropolitana de BH (Vespasiano, Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo)	19%
Interior de Minas Gerais e estados do Rio de Janeiro, Paraná, Ceará e São Paulo	14%
Perfil profissional (%)	
Bacharel em Educação Física	54%
Graduandos em Educação Física	41%
Outra Formação	3%
Nenhuma Formação	2%
Atuação do profissional na academia de musculação (%)	
Professor	40%
Estagiários	35%
Outras funções	21%
Sócio/Proprietário	4%
Coordenador do salão de musculação e/ou ginástica	3%

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.2 Parte 2 – Aspectos atitudinais

As informações referentes aos aspectos atitudinais estão contidas na Tabela 2. Observou-se que, a maioria dos participantes (52%) não teve nenhum aluno matriculado na academia nos últimos 12 meses e quase a totalidade dos participantes (93%) responderam que possuir acessibilidade é um diferencial na prestação desse serviço.

Em seguida, foi analisada a qualificação profissional para atuar com PcD's nas academias de musculação. Dos participantes, 55%, responderam que já haviam feito algum curso de qualificação profissional e quase a metade dos entrevistados responderam que se sente um “pouco preparado”, para essa atuação.

Tabela 2 – Aspectos Atitudinais - Conhecimentos sobre a deficiência.

Alunos com deficiência matriculados nos últimos 12 meses (%)	
Nenhum aluno	52%
Entre 1 e 5 alunos matriculados	46%
Mais de 5 alunos matriculados	2%
Ser uma academia com acessibilidade é um diferencial?	
Acreditam que ter acessibilidade é um diferencial	93%
Acreditam que não é um diferencial	3%
Acreditam que acessibilidade é um pouco diferencial	4%
Qualificação do profissional	
Fizeram curso ou especialização para atuar com pessoas com deficiência	55%
Não fizeram nenhum treinamento, curso ou especialização	45%
Sensação de preparo para trabalhar com PcD's	
Se sente preparado	37%
Se sente um pouco preparado	42%
Não se sente preparado	21%

Fonte: Elaborada pelos autores.

3.3 Parte 3 – Aspectos estruturais - acessibilidade arquitetônica das academias

Em relação aos aspectos estruturais, tendo como base a acessibilidade arquitetônica das academias, estão contidas informações na Tabela 3. Ao analisar os resultados foi identificado que 35,78% das academias possuem rampa, 43,15% possuem escada, 46,31% possuem escada com corrimão tátil e apenas 10,52% não possuem nenhum dos itens na academia de musculação. Em relação à circulação dentro da academia, os resultados mostraram que 52,63% dos espaços possuem o afastamento adequado dos aparelhos, 29,47% possuem rampa de acesso e 34,73% possuem escada com corrimão tátil. Além disso, 54,73% das academias possuem piso antiderrapante, apenas 13,68% possuem elevadores, e 12,64% não possuem nenhum dos itens citados acima.

Buscou-se saber a respeito da acessibilidade dos banheiros das academias de musculação em que os participantes atuam. Os resultados mostraram que 12,63% das academias têm indicação de banheiro com uso restrito com escrita em braille, 17,89% possuem sanitário exclusivo para PcD's, 10,52% possuem torneira de alavanca, 20% possuem dispositivos de emergência. Os demais participantes responderam que 27,36% possuem lavatório com barras horizontais, 21,05% possuem barras na porta, 37,89% possuem barras na parede ao lado do vaso, 21,05% têm barras na porta, 37,89% têm barras na parede ao lado do vaso e 42,21% das academias não possuem nenhum dos itens mencionados.

Em relação ao uso do(s) banheiro(s) de uso comum ou restrito que as academias possuem, 28,42% das academias possuem banheiro com barra nas paredes e apenas 18,94% possuem o dispositivo de registro tipo alavanca. A grande minoria 5,26%, possui dispositivo de emergência perto do boxe, 16,84% possuem mictório com barras com altura máxima de 75cm, 28,42% possuem pia com altura e profundidade para aproximação de cadeira de rodas. Por outro lado, a grande maioria das academias (60%) não possui nenhum dos itens citados acima. Buscou-se saber sobre a entrada da academia de musculação,

20% possuem sinalização visual, 30,52% possuem portas de correr com trilho nivelado ao piso, 62,10% possuem largura mínima que permite passar com a cadeira de rodas e 27,36% não têm nenhum dos itens citado.

Em relação ao estacionamento, observou-se que apenas 25,26% das academias possuem vagas para deficientes, 10,52% contêm faixa de circulação ao lado da faixa, 6,31% possuem placas verticais com indicação da vaga e 73,68% não possuem nenhum dos itens mencionados acima. Além disso, buscou-se saber sobre os equipamentos da academia de musculação, 7,36% das academias possuem equipamentos de musculação adaptados, enquanto 5,26% os equipamentos possuem identificação em braile, 15,78% possuem dispositivos de indicação e informação composta por mensagens de texto, contraste, símbolos e figuras. A grande maioria das academias (80%) não possui nenhum dos itens acima.

Tabela 3 – Aspectos Estruturais - Acessibilidade nas academias de musculação.

Acessibilidade física da academia	
Possuem rampa	37,78%
Possuem escada	43,15%
Possuem escada com corrimão tátil	46,31%
Não possuem nenhum dos itens	10,52%
Circulação dentro da academia	
Afastamento adequado dos aparelhos	52,63%
Rampa de acesso	29,47%
Escada com corrimão tátil	34,73%
Piso antiderrapante	54,73%
Elevadores	13,68%
Afastamento adequado dos aparelhos	52,63%
Não possuem nenhum dos itens	12,64%
Acessibilidade aos banheiros	
Indicação de banheiro com uso restrito com escrita em braile	12,63%
Sanitário exclusivo para pessoas com deficiência	17,89%
Possuem torneira de alavanca	10,52%
Possuem dispositivos de emergência	20%
Possuem lavatório com barras horizontais	27,36%
Possuem barras na porta	21,05%
Possuem barras na parede ao lado do vaso	37,89%
Não possuem nenhum dos itens mencionados	42,21%
Uso do banheiro de uso comum ou restrito	
Possuem banheiro com barra nas paredes	28,42%
Registro tipo alavanca	18,94%
Possuem dispositivo de emergência perto do boxe	5,26%
Possuem mictório com barras com altura máxima de 75cm	16,84%
Possuem pia com altura e profundidade para aproximação de cadeira de roda	28,42%
Não possuem nenhum dos itens	60%
Entrada da academia de musculação	
Possuem sinalização visual	20%
Possuem portas de correr com trilho nivelado ao piso	30,52%
Possuem largura mínima que permite passar com a cadeira de rodas	62,10%
Não possuem nenhum dos itens	27,36%
Estacionamento	
Contém faixa de circulação ao lado da faixa	10,52%
Possuem placas verticais com indicação da vaga	6,31%
Não possuem nenhum dos itens	73,68%
Possuem vagas para deficientes	25,26%
Equipamentos da academia	
Possuem equipamentos de musculação adaptados	7,36%
Equipamentos possuem identificação com braile	5,26%
Possuem dispositivos de indicação e informação composta por mensagens de texto, contraste, símbolos e figuras	15,78%
Não possuem nenhum dos itens	80%

Fonte: Elaborada pelos autores.

4. Discussão

Este estudo teve como objetivo analisar aspectos atitudinais e estruturais de inclusão de Pessoas com Deficiências (PcD's) em academias de musculação tendo como referencial de análise a perspectiva dos profissionais atuantes nestes estabelecimentos. Os resultados demonstraram que em relação aos aspectos atitudinais, a maioria dos profissionais é apta a trabalhar com PcD's, em razão de cursos e treinamentos de especialização, contudo, os participantes não se sentem preparados. No que tange aos aspectos estruturais, quanto à acessibilidade arquitetônica, os participantes descreveram que tais condições ainda não são satisfatórias, visto que em três questões referentes à estrutura, a maioria dos entrevistados respondeu que as academias em que atuam, não obedecem aos itens básicos de segurança. Além disso, a maioria também respondeu que acha importante a acessibilidade em academias.

Participaram do estudo 95 indivíduos, sendo que 40% desses são professores e 32% são estagiários em academias de musculação, e juntos representam 72% dos participantes. Os demais, 28% são proprietários e/ou realizam outras funções nas academias. 54% dos participantes dessa pesquisa são graduados ou licenciados em Educação Física e 41% graduados em Educação Física, o que sugere que a maioria já teve a disciplina que os capacita para trabalhar com PcD's. Destes, 86% são residentes de Belo Horizonte e região metropolitana, isso se dá pelo fato de a instituição de ensino estar situada na capital mineira e os pesquisadores também serem residentes de Belo Horizonte e região metropolitana, o que facilita um maior alcance de pessoas dessa região.

Sobre o conhecimento dos profissionais que atuam em academias de musculação, os resultados demonstraram que 55% dos entrevistados responderam que já passaram por algum tipo de treinamento, fizeram curso ou uma especialização para trabalhar com PcD's. Entretanto, apenas de 37% se sentem preparados para trabalhar com esse público. De acordo com Penido et al. (2016), o despreparo dos profissionais se dá por conta das poucas horas de conteúdo vivenciadas no curso de Educação Física, mais especificamente na disciplina de Educação Física Adaptada. Quanto à formação dos profissionais, no Brasil, somente a partir do ano de 1987 os cursos de Educação Física foram obrigados a inserir em sua grade curricular disciplinas que abordassem as questões relativas às pessoas com deficiência (Silva, et al., 2008; Simim, 2014). Efetivamente, essas disciplinas foram implementadas em 1992, o que pode ter limitado a participação dos profissionais em tais disciplinas e vivências práticas. Corroborando esse resultado, o estudo de Facundo et al. (2019), mostrou que apenas 4,3% dos treinadores que trabalham com o esporte adaptado se especializaram em avaliação e prescrição de exercícios para diferentes populações e exercício físico aplicado à grupos especiais. Esses dados indicam que mesmo a parcela de profissionais que trabalha especificamente com PcD's não é majoritariamente especializada nessa área. Assim, entendemos a necessidade de um conjunto de ações como a produção intelectual, a formação de profissionais e a popularização da participação das PcD's nos distintos espaços de esporte e lazer, como as academias de musculação, promovendo assim um nicho de possibilidades para os profissionais se atualizarem e vivenciarem experiências práticas.

Referente aos profissionais que trabalham em academias de musculação, 93% dos participantes responderam que a acessibilidade nas academias é um diferencial, todavia, essa resposta não reflete a realidade desses espaços. Nas questões referentes à barreira ambiental, como as estruturas das academias (por exemplo, banheiro e estacionamento), mais da metade dos entrevistados responderam que não contém nenhum dos itens básicos de acessibilidade. As dificuldades relacionadas as barreiras ambientais na prática esportiva de PcD's foram fortemente mencionadas nos estudos de Marmeleira et al. (2018) e Feliciano et al. (2019). Além do mais, segundo Zuchetto e Castro (2002), às dificuldades em relação ao acesso à academia podem estar no caminho a ser percorrido até a chegada no local, assim como em seus acessos internos. Com isso, frequentar esses espaços de maneira rotineira e simples, como para qualquer outra pessoa, parece ser impraticável. Há que pontuar, de certa forma, que o direito que esse público tem de praticar esportes ou atividades físicas, de ter lazer, e até mesmo de ir e vir, direito básico inerente a todos os cidadãos é ainda limitado em diversos aspectos.

Em relação à estrutura das academias, 62,10% dos participantes afirmaram que nas academias onde trabalham, contém uma entrada que possibilita a passagem de cadeira de rodas, sendo assim elas oferecem entrada adequada, desde que atendam a outros itens como portas de correr com trilho nivelado ao piso e sinalização visual para PcD's auditiva. Outro item importante observado foi que mais de 50% dos entrevistados responderam conter piso antiderrapante e espaço adequado entre os equipamentos, o que possibilita o deslocamento de cadeirantes e diminui o risco de queda de pessoas com mobilidade reduzida, conforme critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (NBR 9050/2015). Considera-se uma circulação no interior da academia adequada, conter elevador ou rampa que possibilite acesso de pessoas em cadeira de rodas e, se caso houver outros andares, escada com corrimão tátil para orientar deficientes visuais. No entanto, vale ressaltar que apenas esses itens não são suficientes para que academias sejam consideradas acessíveis.

Referente aos itens estacionamento e materiais, mais de 60% dos entrevistados responderam que não contém nenhum dos itens básicos de acessibilidade, o que pode ocasionar a dependência de outras pessoas, para o uso de materiais e do estacionamento, indo contra às regras da ABNT (2015), a qual aponta que para um ambiente ser considerado acessível, ele deve possibilitar o uso por todos, com segurança e autonomia. Além disso, 60% responderam que o banheiro restrito não obedece às normas e 44,21% responderam que o banheiro não contém nenhum dos itens de acessibilidade. No quesito acesso a academia, 43,12% dos participantes responderam ter acesso por escada, porém, segundo as normas da ABNT (Brasil, 2015), quando o acesso for por escada ou degrau, ela deve estar acompanhada de uma rampa, para que possa possibilitar o acesso de cadeira de rodas.

O motivo das academias não se adequarem as normas de acessibilidade da ABNT pode estar ligado ao pequeno número de matrículas de PcD's em academias, assim como foi observado nesse estudo, em que 52% dos entrevistados afirmaram não ter nenhum aluno matriculado nos últimos 12 meses. Palma et al. (2011) apontam que alguns responsáveis pela administração das academias de musculação justificaram o não atendimento às pessoas com deficiência por não procurarem o estabelecimento e ainda, os profissionais alegaram não se interessarem pelo aprimoramento ao atendimento desse público pelo mesmo motivo. É necessário a lógica inversa dessa situação para caracterizar a inclusão, qualquer justificativa diferente vai de encontro ao conceito da acessibilidade. Se não há demanda não haverá adequações? Mas como haveria demandas sem condições de existência dessas demandas? Cabe aos proprietários oportunizar o acesso ao produto que oferecem de modo abrangente às necessidades da população. Por outro lado, cabe ao profissional, estar apto e garantir as condições ambientais e pessoais de acesso aos alunos com deficiências.

Nosso estudo corrobora com os resultados do estudo de Lima et al. (2018), que encontrou em academias avaliadas a necessidade de melhorias com relação à acessibilidade ambiental (por exemplo, banheiros, escadas sem corrimão e rampas de acesso). No geral, os resultados demonstraram que as academias de musculação não são acessíveis e inclusivas, e que a maioria dos profissionais que atuam nesse contexto não se sente preparada para trabalhar com PcD's, apesar de passarem por algum tipo de formação ou atualização. Não obstante, os participantes demonstraram que é importante que as academias se adaptem e sejam inclusivas e acessíveis, demonstrando que, talvez, futuramente, as academias possam se adequar de maneira adequada ao atendimento de PcD's. É importante destacar que a adequação das academias às normas de acessibilidade pode ser o diferencial na captação de PcD's. O aumento na procura de academias evidencia uma possível demanda de academias que ofereçam um serviço de qualidade para PcD's, com profissionais capacitados para atender esse público e com estruturas acessíveis. Ressalta-se, por oportuno, que a garantia de um atendimento de qualidade pelas academias tornar-se-á mais atraente para esse público, além de promover saúde e lazer através da inclusão.

Destaca-se a importância das academias na promoção da saúde e lazer, melhorando a qualidade de vida através da prática de exercícios físicos para as PcD's (Barros, et al., 2000; Macedo et al., 2003; Noce, et al., 2009). Diante de sua importância, o movimento de inclusão de PcD's em academias de musculação pode começar pelos profissionais, visto que, é

do arcabouço do professor direcionar à educação e formação pessoal e profissional. O professor tem um papel decisivo na sociedade como mediador de mudanças sociais, comportamentais e instrumentais. Assim, a partir desse, os proprietários poderão ser incentivados, orientados e coordenados pelos profissionais de Educação Física a investir em estrutura, além de garantir um serviço de qualidade para todos os adeptos da prática, independentemente de suas peculiaridades ou dificuldades. Não se trata de minimizar as responsabilidades dos proprietários, mas sim de dar ênfase no potencial de transformação dos Profissionais de Educação Física. Assim como apontado por Fonseca e Santos (2011), o Profissional de Educação Física deve estar atento e ajustar o foco de trabalho e sua formação, respeitando e valorizando as questões que constituem a pluralidade da sociedade, que também são refletidas no âmbito educacional. As diferenças não podem ser colocadas como obstáculos, mas sim como recursos que podem enriquecer as relações humanas e promover transformações de hábitos, conceitos e de barreiras.

Pode-se citar como limitações deste estudo, o fato dos dados coletados se concentrarem em sua maioria em uma mesma região e de o estudo ter sofrido adaptações em decorrência da pandemia relacionada a COVID-19, o que reduziu o tempo de coleta de dados e fez com que os participantes respondessem a pesquisa baseados em 5 a 6 meses anteriores ao estudo. Outro fator é a falta de estudos atuais sobre acessibilidade em academias de musculação que não permite expandir as comparações e entendimento do estado atual dessas questões emergentes na área do esporte e lazer.

Pesquisas futuras poderão investigar os motivos de proprietários não investirem em acessibilidade e a perspectiva dos profissionais em diferentes estados para retratar a realidade de diferentes localidades. Além disso, questionar sobre qual a maior dificuldade enfrentada por PcD's em academias. E, ainda, quais as inseguranças de profissionais em trabalhar com PcD's. De acordo com Meurer e Castro (2008), é notória a necessidade de investigação e divulgação dos achados sobre essa temática, a fim de socializar os resultados e auxiliar para a efetivação desse processo. Na realidade a inclusão, especialmente das pessoas com deficiência, ainda enfrenta resistências e dificuldades de acontecer de fato. A inclusão deve ser entendida como um processo multifatorial, o qual deve envolver a aprendizagem e participação plena de todos. Portanto, cabe aos profissionais de Educação Física e proprietários das academias de musculação, promover tanto o acesso como também a aprendizagem e aquisição de movimentos e hábitos de vida saudável.

5. Conclusão

Os resultados do presente estudo permitiram observar que os profissionais que atuam na área de musculação não se sentem preparados para atender e prestar assistência a PcD's nas academias de musculação. Além disso, o estudo mostrou que são necessárias adequações arquitetônicas para que esses espaços urbanos se encontrem dentro das normas vigentes no país (ABNT NBR 9050/15), o que dificulta a utilização desse público de tais ambientes de forma segura, autônoma e independente. Portanto, embora tenha ocorrido um aumento na procura pela prática de musculação, esses espaços não estão preparados para receber as PcD's. Ademais, existem evidências dos inúmeros benefícios que o exercício físico traz para PcD's, promover condições de acessibilidade pode ser um importante fator de engajamento e incentivo para que tais indivíduos aumentem seus níveis de atividade física e se envolvam na prática da musculação.

Sugerimos que pesquisas futuras se ocupem em analisar qual a percepção de segurança das PcD's durante a prática de atividades físicas em ambientes de academia. Esse conhecimento pode chamar a atenção dos proprietários desses espaços sobre a sensação de segurança que essas pessoas têm e, conseqüentemente, alerta-los quanto à importância de se investir nesses ambientes físicos e de proporcionar segurança aos seus praticantes a partir do respeito às normas vigentes no país.

Referências

Amiralian, M. L. T., Pinto, E. B., Ghirardi, M. I. G., Lichtig, I., Masini, E. F. S., & Pasqualin, L. (2000). Conceituando deficiência. *Revista de Saúde Pública*, 34(1), 97-103. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000100017>

- Aranha, M. S. F. (2000). Inclusão social e municipalização. In: Manzini, E. J. (Org.), *Educação especial: temas atuais*. Marília: Unesp - Marília Publicações, 1-10.
- ABNT (2015). NBR 9050: a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- ABNT (2015). NBR 9050: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos. (2ª. ed.): ABNT.
- Barros, J. F., Neto, C. S. P., & Neto, T. L. B. (2000). Estudo comparativo das variáveis neuro-motoras em portadores de deficiência mental. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 8(1), 43-48. <https://doi.org/10.18511/rbcm.v8i1.354>
- IBGE (2021). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. www.ibge.gov.br.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Seção 1, p. 1-32. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/dou_constituicao88.pdf.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 06, jul./ 2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm#art112.
- Cardoso, V. D. (2011). A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 33(2), 529-539. <https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000200017>
- Facundo, L. A., Mello, M. T., Simim, M. A. M., Duarte, T., Cruz, A. A. S., Narciso, F. V., Ramos, R. A. A., Costa, A. M., & Silva, A. (2019). Trajetória Profissional de Treinadores no contexto do Esporte Paralímpico Profissional. *Movimento*, 25(1), 1-12. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.87115>
- Feliciano, J. D., Ribas, M. C. S., Brasil, V. Z., & Seron, B. B. (2019). Acessibilidade nas Corridas de Rua: Barreiras percebidas pelas Pessoas com Deficiência Visual. *Movimento*, 25(1), 1-13. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.92172>
- Fonseca, M. P. S., & Santos, M. P. (2011). Culturas, políticas e práticas de inclusão na formação de professores em Educação Física: analisando as ementas. *Movimento*, 17(1), 95-116. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.15101>
- Greguol, M. (2017). Atividades físicas e esportivas e pessoas com deficiência. *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é vida: Atividades físicas e esportivas para todas as pessoas*. Brasília: PNUD.
- Kirchner, C. E., Gerber, E. G., & Smith, B. C. (2008). Designed to Deter: Community Barriers to Physical Activity for People with Visual or Motor Impairments. *American Journal of Preventive Medicine*, 34(4), 349-52. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2008.01.005>
- Lehnhard, G. R., Manta, S. W., & Palma, L. E. (2012). A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. *Revista da Educação Física*, 23(1), 45-56. <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v23i1.13795>
- Lima, K. D. N., Oliveira, F. E. B., Vilela, A. T., Rosário, V. H., Oliveira, P. S. P., & Triani, F. S. (2018). Os desafios encontrados pelos deficientes para o ingresso nas academias de ginástica da barra da tijuca no Rio de Janeiro. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, 19(1), 49-58. <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2018.v19n1.05.p49>
- Macedo, C. S. G., Garavello, J. J., Oku, E. C., Miyagusuku, F. H., Agnoll, P. D., & Nocetti, P. M. (2003). Benefícios do exercício físico para a qualidade de vida. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, 8(2), 19-27. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.8n2p19-27>
- Marmeleira, J. F. F., Fernandes, J. M. G. A., Ribeiro, N. C., Teixeira, J. A., & Filho, P. J. B. G. (2018). Barreiras para a prática de Atividade Física em Pessoas com Deficiência Visual. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 40(1), 197-204. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2017.12.001>
- Marcellino, N. C. (2003). Academias de ginástica como opção de lazer. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, 11(2), 49-54. <http://www.cdof.com.br/ARTIGOS/DIVERSOS/Academias%20de%20gin%20astica%20como%20op%20E7%E3o%20de%20lazer.pdf>
- Mazzoni, A. A., Torres, E. F., & Andrade, J. M. B. (2001). Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, 23(1), 121-126. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v23i0.2751>
- Meurer, S. T., & Castro, M. R. T. (2008). A inserção de pessoas com deficiência física nas academias da cidade de Santa Maria. *Lecturas, Educación Física y Deportes*, 13(122), 1-5. <https://efdeportes.com/efd122/a-insercao-de-pessoas-com-deficiencia-fisica-nas-academias.htm>
- Noce, F., Simim, M. A. M., & Mello, M. T. (2009). A percepção de qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência física pode ser influenciada pela prática de atividade física? *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 15(3), 174-178. <https://doi.org/10.1590/S1517-86922009000300002>
- Palma, L. E., Manta, S. W., Lehnhard, G. R., Mattes, S. E. R., & Berguemayer, L. C. (2011). Acessibilidade e academias de ginástica: a participação das pessoas com deficiência. *Lecturas, Educación Física y Deportes*, 15(152), 1-3. <https://efdeportes.com/efd152/acessibilidade-e-academias-de-ginastica.htm>
- Penido, L. A., Fernandes, L. A., Ribeiro, S. R. O., Albuquerque, M. R., Ugrinowitsch, H., & Lage, G. M. (2016). Conhecimento de graduados e graduandos em educação física sobre o autismo. *Revista da Sobama*, 17(2), 37-42. <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2016.v17n2.06.p37>
- Reis, S. A. (2018). *Acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas academias de Natal/RN*. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Rimmer, J. H., Riley, B., Wang, E., Rauworth, A., & Jurkowski, J. (2004). Physical activity participation among persons with disabilities: barriers and facilitators. *American Journal of Preventive Medicine*, 26(5), 419-25. [10.1016/j.amepre.2004.02.002](https://doi.org/10.1016/j.amepre.2004.02.002)
- Silva, R. F., Seabra, J. L., & Araújo, P. F. (2008). *Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional*. São Paulo: Phorte.
- Simim, M. A. M. (2014). Exercício, Esporte e Inclusão: a formação do profissional de educação física e o esporte adaptado. In: NOCE, F. O Profissional de Educação Física na Área da Saúde. Belo Horizonte: EEFPTO, 71-80.
- Triviños, A. (1987) Alguns temas no desenvolvimento de uma pesquisa. In: TRIVIÑOS, A. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 91-115
- Zuchetto, A. T., & Castro, R. L. V. G. (2002). As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. *Revista Kinesis*, 26(1), 52-69. <https://doi.org/10.5902/231654648010>